

Professor da FGV crê em suspensão do pagamento

por Célia de Gouvêa Franco
de São Paulo

Uma taxa de crescimento de 5 a 6% da economia no próximo ano, como espera o governo, não é compatível com o envio ao exterior de US\$ 10 bilhões a US\$ 11 bilhões, "uma fuga muito grande de poupança". Por isso se não se chegar a um acordo multilateral com os credores externos e houver uma queda das reservas internacionais do País para algo como US\$ 4 bilhões — hoje seu volume seria de cerca de US\$ 5 bilhões — "é provável, quase certa a suspensão unilateral do pagamento da dívida externa pelo governo brasileiro".

Essas afirmações foram feitas ontem pelo professor da FGV em São Paulo Luís Antonio de Oliveira Lima, durante o seminário "Como planejar melhor 87" promovido por este jornal. A redução no fluxo de recursos para o exterior seria uma alternativa para resolver uma parte dos problemas internos do País, comentou.

Lima não esperaria, no caso de uma decisão unilateral do Brasil, reações "muito radicais" dos credores. Como essa medida ocorreria quando o País ainda dispuser de US\$ 4 bilhões de reservas, volume suficiente para pagar as importações pelo período de três meses e meio aproximadamente, haveria um prazo razoável para negociar novamente com os credores. Em sua opinião, o atual é "um desses momentos em que não dá para resolver os problemas pelos canais convencionais". Operacionalmente, teria sido mais adequado o País ter-se unido ao México, antes do acordo desse país com os credores, para adoção de medidas conjuntas.